



# PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2015

Ano 40 – Nº 219

**Há 10 anos foi  
assassinada  
Dorothy  
Stang, a freira  
que queria  
“trabalhar  
entre os  
pobres mais  
pobres”**

págs.: 8 e 9



Foto: João Zinclar



## 2014

*bate o recorde de conflitos pela água*

págs.: 7

## EDITORIAL

## 2015: celebrações e desafios

Começamos o ano de 2015 tomados pelas comemorações dos 40 anos da CPT e animados em vista da realização do nosso IV Congresso, em julho próximo. O ano promete. É momento de celebrar, de refletir e, também, de encarar os desafios que nos são colocados. Ao fecharmos os dados para a publicação do 30º *Conflitos no Campo Brasil*, nos deparamos com o número recorde de conflitos pela água, desde que a CPT começou a fazer esse registro. Em janeiro ainda, lembramos os 11 anos da Chacina de Unai. Nada a celebrar. Impunidade e retrocesso na luta contra o trabalho escravo, diante da não punição dos responsáveis por essa chacina e da suspensão pelo STF da publicação lista suja do trabalho escravo, atualizada em dezembro último.

Na mesma semana em que lembrávamos os 10 anos do martírio de Dorothy Stang, uma bárbara chacina no Pará nos encheu, novamente, com o horror da violência no campo. Queríamos lembrar Dorothy como sementeira de luta, queríamos lembrar os nossos e nossas mártires dessa forma, mas o sangue de seis pessoas da mesma família, sendo quatro crianças, nos trouxe novamente ao cenário de violência que perpetua no campo brasileiro.

Violência, expulsão, ameaça... o povo do campo ainda sofre em 2015. Diego Cabral analisa a insistente realidade da grilagem. Em março, três estados se viram às voltas com uma série de despejos. Três mil famílias, acampadas desde agosto de 2014 nas terras do senador Eunício Oliveira, em Corumbá de Goiás, não mais conseguiram evitar o despejo. Cinco quilômetros de barracos, 22 culturas de alimentos saudáveis produzidos, uma pamonhada para celebrar a colheita do milho, onde foram produzidas 18 mil pamonhas, além de cural, milho assado, canjica, caldo, entre outras maravilhas da culinária camponesa. Toda essa produção de resistência teve que ceder aos bois de Eunício, ao pasto pobre e sem vida a partir de agora.

Mas nem só de notícias ruins começamos o ano. A CPT iniciou 2015 com diversas atividades. Reuniões das articulações CPT's do Cerrado e CPT's da Amazônia; Pastorais do Campo; Oficina de Captação de Recurso, retomando nosso desafio constante da sustentabilidade; última reunião da coordenação executiva nacional antes de sua Assembleia eletiva, além do início do Curso de Pós-Graduação em Direito Agrário, uma parceria das Pastorais do Campo com a Universidade Federal de Goiás (UFG). No momento de esperança com Papa Francisco, Antônio Canuto analisa a Campanha da Fraternidade 2015, Igreja e Sociedade. Sandro Gallazzi, na Página Bíblica, nos traz mais uma vez as mulheres, mas dessa vez nos traz a sua voz e a resistência delas.

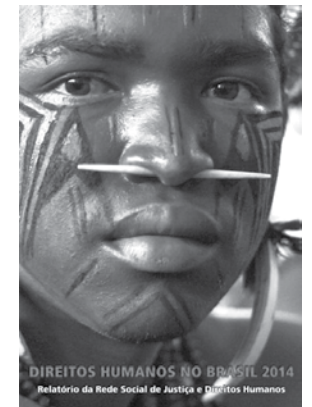
Luciano Bernardi retoma o período de criação da CPT, olhando para trás para enxergarmos a frente, e nos mobilizar para o IV Congresso da CPT. Para isso, podemos começar a “degustar” as experiências que lá serão apresentadas, e que aqui trazemos um breve resumo de alguns estados. E para nos sentirmos ainda mais motivados, nosso companheiro da coordenação da CPT Rondônia, Zé Pinto, compôs uma música para esse Congresso da CPT, e trazemos sua letra na contracapa do jornal para, assim, todos e todas irem afinando o “gogó” até o Congresso.

Boa leitura e que tenhamos um ótimo ano!



## Direitos Humanos no Brasil 2014

Em coletânea da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, análises apontam para deficiências da polícia nas relações com os jovens da periferia, na apuração dos casos de violência de gênero e no enfrentamento com os movimentos sociais. Em sua 14ª edição, o relatório, editado pela Rede Social de Direitos Humanos, é uma coletânea de artigos de especialistas, com reflexões e análises em diferentes áreas. A edição deste ano conta com 25 textos. Desse conjunto, sete abordam temas agrários. Na análise de Cristiane Passos, assessora de comunicação da CPT e mestre em antropologia social, é indiscutível a existência de um quadro de graves conflitos na zona rural, que tende a agravar-se, em decorrência, sobretudo, da impunidade. Seu artigo destaca que: “A impunidade e a inoperância dos órgãos responsáveis por resolver os conflitos no campo, regularizar os territórios e realizar uma plena reforma agrária, são os ingredientes mantenedores da violência, exploração e morte dos povos do campo”.



## Cerrado – No veio das águas brota a vida, dos troncos retorcidos surge a esperança



A Cartilha do Cerrado é uma publicação que reúne textos, poemas, imagens e propostas de encontros celebrativos e de formação. “Vão nos ajudar a nos encharcar de Cerrado”, destaca, sobre o conteúdo da Cartilha, dom Guilherme Werlang, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade e Justiça e da Paz, da CNBB. Organizado pela Articulação CPT's do Cerrado, o material tem como objetivo munir os povos desse bioma com saberes e esperança para que, juntos, possamos manter o Cerrado de pé.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).  
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.  
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.  
[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br) [comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom Enemésio Lazzaris

**Coordenadores Nacionais**  
Padre Flávio Lazzarin  
Edmundo Rodrigues  
Isolete Wichinieski  
Frei Luciano Bernardi

**Redação**  
Cristiane Passos  
Antônio Canuto  
Elvis Marques  
Rede de comunicadores da CPT

**Jornalista responsável**  
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

**Impressão**  
LSV Produção Gráfica Ltda.

**Diagramação**  
Vivaldo Silva Souza

**APOIO**



**ASSINATURAS**

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)



## Falece no MT a liderança Xavante Aniceto Tsudzawere

Foto: Arquivo FUNAI



Faleceu no dia 22 de fevereiro último, às 18h30, no hospital de Barra do Garças (MT), aos 87 anos, Aniceto Tsudzawere, liderança do povo Xavante, com grande atuação na luta pelo território nos anos 1970 e 1980. Aniceto era cacique da Aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, na Terra Indígena São Marcos (MT). O velho cacique criticou órgãos como IBAMA e INCRA que permitiram a especulação dentro de reservas indígenas com a construção de barragens e ocupação por parte do branco. Aniceto lutou também contra a abertura de hidrelétricas perto de aldeias que, segundo ele, acabou com o que sobrou de caça e pesca de subsistência. Devido aos seus problemas de saúde, passou o comando para o sobrinho Raimundo Uhoretê. Ele recebeu o comando da etnia xavante em Barra do Garças do cunhado, o grande cacique Apoena, no início da década de 80. Com a morte de Apoena, o legado ficou com Aniceto.

### Site de Centro norte-americano destaca personalidades que lutam contra a escravidão contemporânea no mundo

O Centro Nacional de Liberdade Underground Railroad acaba de lançar o site [www.tipawards.org](http://www.tipawards.org), em que pessoas que travam significativas batalhas ao redor do mundo contra a escravidão contemporânea são destacadas com perfis contendo a descrição de sua atuação. O frei Xavier Plassat, da CPT, é um deles. Há quatro anos, Plassat, coordenador da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, foi premiado pelo Departamento de Estado norte-americano com o chamado prêmio do Relatório TIP “Herói agindo para acabar com a escravidão moderna”. Plassat, portanto, também tem uma página com um perfil narrando sua trajetória, entre os heróis destacados no site. Para acessar o perfil do frei Xavier: <http://www.tipawards.org/brother-xavier-plassat/>.

## Após negociação, famílias deixam latifúndio do senador Eunício de Oliveira

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

As três mil famílias Sem Terra do Acampamento Dom Tomás Balduino, localizado na fazenda do senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE), no município de Corumbá de Goiás, começaram a ser despejadas no último dia 4 de março.

As famílias estavam acampadas no local há mais de seis meses. A ordem de despejo foi expedida pelo juiz da Comarca de Corumbá, Levine Artiga, que é acusado pelo movimento de ser alinhado com o senador. A saída delas foi condicionada ao cadastro das famílias, a vistoria da fazenda e levantamento dominial do senador, e a desapropriação de 18 mil hectares. José Valdir Misnerovicz, da coordenação



nacional do MST e um dos coordenadores da ocupação, ressaltou que apesar da desocupação, a luta para transformar o latifúndio em assentamento continua. “Tivemos muitas negociações, mas neste momento decidimos, por unanimidade, respeitar a decisão judicial e desocupar a propriedade. Mas esse local ainda será sede do maior acampamento de reforma agrária deste país”, afirmou.

## Mais despejos marcaram o mês de março

No dia 5 de março, 23 famílias sem terra que ocupavam a fazenda Lagoa da Jurema, no município de Belo Monte, Alagoas, foram despejadas, a mando da Vara Agrária. As famílias ocupavam o imóvel há quase 10 anos e viviam na área produzindo alimentos e criando animais. O pequeno imóvel rural, que antes estava abandonado e sem cumprir sua função social, era a única forma de sobrevivência dessas famílias. O governo de Alagoas deslocou um grande aparato policial para a ação, cerca de 100 militares de batalhões especiais para executar o despejo. A CPT de Alagoas, que tem acompanhado as famílias, divulgou Nota repudiando “a violência utilizada contra as famílias em Belo Monte, (...) assim como a falta de uma política para a democratização das terras. Ao tempo que exige do INCRA e do Governo Estadual, que encontre outra área na região para minimizar o sofrimento e o constrangimento que o Estado impôs a essas famílias”.

Parte das famílias de uma ocupação rural com mais de 180 famílias na Gleba Rio das Garças, linha H27, projeto fundiário Alto Madeira, localizado a aproximadamente 40 km de

Porto Velho (RO), foi despejada no dia 3 de março. Em Vilhena, após ser despejado pela polícia no dia 24 de fevereiro, outro grupo de acampados, com cerca de 40 famílias, instalou novo acampamento num lote do Assentamento Águas Claras, provocando tensão com as famílias assentadas. O grupo despejado da linha 135, da gleba Corumbiara, recebe o apoio da Liga dos Camponeses Pobres (LCP). A área em que ele estava já era reivindicada há anos pela Associação Canarinho, de pequenos agricultores, que já haviam sido despejados de outra área em 11 de junho de 2014. Já no dia 5 de março, 35 famílias do Acampamento Frutos da Terra foram despejadas de uma terra pública grilada pela Fazenda Kamia, no distrito de Nova Mutum, em Porto Velho (RO). O despejo foi realizado depois da assessoria jurídica do grupo ter realizado recurso de agravo regimental, pois o relator do processo não quis sequer receber um primeiro recurso instrumental. Dessa forma, a liminar deveria estar suspensa, mas acabou cumprida. As casas das famílias foram destruídas e queimadas, e os poços aterrados.

## FORMAÇÃO

# Tem início o curso de especialização em Direito das Pastorais do Campo

CRISTIANE PASSOS\*

*Teve início no dia 9 de março, o Curso de Especialização em Direito Agrário, organizado pelas Pastorais do Campo, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG).*

Composto por cinco módulos, dois em 2015, dois em 2016 e um em 2017, o curso tem cerca de 40 alunos e alunas, da CPT, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), da Pastoral do Migrante, da Cáritas Brasileira e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Na abertura do curso, um de seus coordenadores, o professor da UFG, Fernando Dantas, destacou que “esse curso vai aprofundar a ação integradora dos direitos humanos. As disciplinas, além disso, terão bastante elementos críticos para serem trabalhados em sala de aula. Serão ministradas por professores que entendem o Direito como um instrumento de emancipação e transformação”.

A primeira etapa do Curso foi realizada em Goiânia (GO), na Casa de Retiros Nossa Senhora da Assunção, e as disciplinas oferecidas nesse primeiro módulo serão: Introdução ao Direito e Metodologia da Ciência do Direito; História Agrária do Brasil; Direito Agrário I e Estudos Temáticos.

## Curso ameaçado

Após longo período de espera pela aprovação do Curso dentro da Universidade, ele correu um sério risco de ser impedido de ser realizado,



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

pelo Ministério Público. Questionada sobre o curso ser fechado e voltado para um público específico, a coordenação da Especialização respondeu que essa é uma prática comum dentro da Universidade, cursos realizados em convênio cujo corpo docente é formado por membros do conveniado.

Para Claudio Maia, historiador, professor do Mestrado em Direito Agrário da UFG e vice-coordenador da Especialização, “é uma honra para o mestrado da Faculdade de Direito da UFG poder oferecer esse curso, pois no Direito Agrário nós temos a pretensão de renovação, com a aproximação da Faculdade, dos movimentos sociais e do povo que luta pela terra”.

## Pastorais do Campo e a formação de seus agentes

Para Maria José Pacheco, do CPP, um curso desse nível é muito importante para as Pastorais, pois “além de formar e aprimorar a ação dos agentes de pastoral numa pers-

pectiva do Direito, que democratize o acesso ao Território – terra e água –, é uma oportunidade de fortalecimento da Articulação das Pastorais do Campo, principalmente numa perspectiva de fortalecer a luta das comunidades tradicionais do Brasil”. Isolete Wichnieski, da coordenação executiva nacional da CPT, destaca a necessidade de uma formação diversa e que atenda à pluralidade dos atores sociais com

quem as Pastorais trabalham. “Um curso como esse é importante, primeiro pela diversidade no serviço aos povos do campo no conjunto das Pastorais do Campo. Segundo, na formação de agentes que atuam com essa diversidade na defesa da vida e da dignidade humana. A formação permanente das Pastorais é de fundamental importância no cotidiano da ação pastoral”, completou ela.

## Especialização em convênio com a UnB está na reta final

Iniciado em julho de 2013, o “Curso de Especialização em Desenvolvimento e Relações Sociais no Campo: diversidade e interculturalidade dos povos originários, comunidades tradicionais e camponesas do Brasil” entrou em sua reta final. Cerca de 30 agentes e lideranças das Pastorais do Campo de todas as regiões brasileiras estão finalizando suas monografias, que serão defendidas nos dias 6 e 7 de maio, no Campus Planaltina da Universidade de Brasília, UnB.

Este Curso de Especialização foi criado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Faculdade UnB Planaltina (FUP), e foi realizado, assim como o da UFG, em convênio com a Articulação das Pastorais do Campo, e, da mesma forma, destinado à formação dos agentes destas pastorais. Esse

curso foi criado com o objetivo de possibilitar um espaço de formação e de pesquisa acadêmica sobre a diversidade camponesa, étnica e cultural. Ele foi realizado em três etapas ou módulos de quinze dias cada um, em julho de 2013, fevereiro e julho de 2014, com uma carga horária diária de oito horas. A quarta e última etapa será, portanto, as defesas públicas das monografias, em maio próximo, com a participação de todos/as os/as alunas/os e professoras/es que atuaram nas orientações.



Foto: CPT

## 11 ANOS DA CHACINA DE UNAI

# Manifestações e protestos marcaram semana de combate ao trabalho escravo em todo o país

CRISTIANE PASSOS\*

*Fiscais do trabalho se concentraram em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, insistindo no julgamento dos mandantes da chacina de Unai, que completou 11 anos no dia 28 de janeiro. A Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, da mesma forma, realizou diversas atividades em todo o país, para lembrar a data e cobrar mais empenho do governo na erradicação dessa prática no Brasil.*

Foto: CPT Rondônia



Em Brasília, além do ato na porta do STF, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, fez a primeira reunião ordinária de 2015. Simultaneamente, o Ministério do Trabalho (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social assinaram acordo de cooperação e divulgaram dados dos grupos de fiscalização.

A questão dos fiscais mortos segue mobilizando os servidores. Em 2013, três acusados de serem executores foram condenados. Os fazendeiros apontados como mandantes aguardam em liberdade. Dois deles, Norberto Mânica e José Alberto de Castro, entraram com pedidos de *habeas corpus* no STF, pedindo para que o julgamento do crime fosse transferido de Belo Horizonte para Unai, cuja vara federal foi criada em 2010, após o episódio e depois de aberto o processo. Até agora, dois ministros votaram: Marco Aurélio Mello foi a favor do pedido e Rosa Weber, contra. Em 1º de outubro de 2013, Dias Toffoli pediu vista. Assim, o julgamento dos HC's está suspenso há mais de um ano. No dia 26 de janeiro foi lançada, via Avaaz, uma petição eletrônica para pedir a retomada do julgamento dos *habeas corpus* pelo STF.

Em São Paulo, foi lançado, ainda, um relatório sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo no estado, elaborado pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, em parceria com os dois Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)

no estado e com o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Em Imperatriz, no Maranhão, um dos estados com maior número de registros de trabalho escravo, durante quatro dias foi realizada a primeira oficina estadual de multiplicadores no combate à prática. A oficina nacional ocorreu em setembro do ano passado, e em novembro a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) firmaram termo de cooperação que inclui oficinas de capacitação, para amplificar a informação sobre o tema e estimular denúncias.

## CPT realiza várias atividades para conscientizar sobre esse crime

Foto: CPT Tocantins



A CPT realizou panfletação em cidades do Tocantins, envolvendo, principalmente a juventude local. Além disso, em Palmas, depois de quatro meses de paralisação, foi convocada novamente a Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE). No Pará foram realizadas reuniões e mostra multimídia. Já no Maranhão houve encontro de formação, panfletagem e entrevistas de membros da Campanha da CPT para

rádio e TV's locais. Bahia promoveu seminário, mostra de vídeos, exposição e debate. Em Minas Gerais foi realizada a 30ª Missão do Migrante, além de seminário sobre o tema da migração e uso de mão de obra escrava. No Mato Grosso um Ato Público anunciou a retomada das atividades da COETRAE. Em Rondônia, agentes da CPT e parceiros distribuíram materiais da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo e tiraram dúvidas sobre o problema.

## Suspensão da divulgação da lista suja "premia" escravocratas com retorno de empréstimos

Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) moveu uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a publicação da "Lista Suja" do Trabalho Escravo atualizada, em dezembro de 2014. A decisão liminar foi expedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, em caráter emergencial, durante o recesso de Natal. Em apenas cinco dias o ministro Lewandowski deferiu a liminar determinando a suspensão da publicação do cadastro. Com a decisão, as portarias interministeriais que regulamentam o processo de inclusão dos nomes e de divulgação da lista, ficaram suspensas. A decisão tem caráter provisório e pode ser derrubada.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal deixaram de usar as informações da "lista suja" do trabalho escravo para a formalização de novos contratos, empréstimos e financiamentos. A lista é considerada pelas Nações Unidas um dos principais instrumentos globais no combate a esse crime. A última listagem disponível data de julho de 2014, uma vez que a suspensão ocorreu antes da atualização semestral prevista para o final de dezembro de 2014. A relação existe desde novembro de 2003 e nunca ficou fora do ar. O veto ao acesso das empresas presentes na lista ao financiamento público era uma das principais medidas para coibir esse tipo de crime no Brasil.

Com a decisão, os bancos mudaram seus procedimentos, firmados com a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Antes, as instituições checavam se a empresa que pedia dinheiro estava na lista e, se estivesse, não liberavam os recursos. Agora a verificação deixou de ocorrer. Escravocratas em todo o país estão com o caminho livre para acessar recursos públicos e manterem seus empreendimentos que exploram e escravizam trabalhadores.

## ARTIGO

# Sob o signo da morte: conflitos agrários e grilagem de terra

DIOGO CABRAL\*

Sob a égide de um “novo século moderno”, eclodiram no Brasil centenas de conflitos agrários, resultando em despejos, mortes e impunidade. Da análise dos conflitos agrários, uma prática atravessa todo o país, denominada grilagem, e que define o destino de famílias camponesas. Não pretendo aprofundar conceitos sobre grilagem de terra, mas, a partir de dados concretos e da prática enquanto advogado de trabalhadores rurais, tecer algumas observações que julgo pertinentes ao fenômeno que garante a apropriação fraudulenta de recursos públicos por alguns poucos “donos do poder”, e sobre os conflitos que decorrem de dita prática, atualíssima.

Estamos em João Lisboa, município da Amazônia maranhense, distante apenas nove quilômetros da cidade de Imperatriz. No acampamento Cipó Cortado, 220 famílias do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de João Lisboa e do MST, há mais de nove anos ocupam terras públicas da União. Neste acampamento, um dos maiores do Maranhão, as famílias moram, trabalham e são responsáveis pelos abastecimento de alimentos para cidades do Maranhão e do Pará. No entanto, o Poder Judiciário, em sucessivas decisões, determina a expulsão das famílias. Da leitura atenta dos documentos juntados por pretensos proprietários, resta claro que houve o falseamento de documentos públicos e, como num passe de mágica, milhares de hectares de terras públicas foram incorporadas ao patrimônio privado. Pelo menos 250 mil hectares de terras!

Alegam os grileiros, em ação de reintegração de posse que tramita na 1ª Vara da Justiça Federal de Imperatriz – MA, que são proprietários e que os títulos se deram a partir da sub-rogação de direitos possessórios de José Paes Leme Martins, este um antigo grileiro da região tocantina e réu de outra ação possessória

movida pelo INCRA contra ele há mais de 21 anos! Apesar de o INCRA informar nos autos do processo, que a terra em litígio é uma área em disputa, denominada Gleba Boca da Mata Barreirão, pertencente à União, ocupada por grileiros e que os atuais ocupantes não atendem a qualquer dos critérios necessários para que sejam regularizados nem mesmo pelo Programa Terra Legal, foi determinado o despejo das famílias do acampamento, agendado para o dia 07/03/2015. Antes do ajuizamento de dita ação, os grileiros haviam contratado policiais militares do Maranhão, que passaram a fazer serviço de jagunçagem, com disparos de tiros, incêndio de roças e ameaças aos líderes.

A lei vira pedaço de papel, e um verdadeiro exército se mobiliza para garantir a pilhagem em favor, neste caso específico, do agronegócio.

Uma cadeia de fatos garante a existência da grilagem. Não só a adulteração documental, no cartório, mas uma intrincada e complexa onda:

- utilização de mapas baseados em imagens de satélite e GPS;
- cruzamento de registros, com a participação de servidores (Incra, Iterma);
- decisões liminares do Judiciário;
- chegando à compra de Leis.

Só para lembrar: em 2011, o Projeto de Lei Estadual nº 9.370, de autoria do deputado Estadual Rigo Teles (PMDB-MA) permitia a derrubada de palmeiras de babaçu para implantação de projetos econômicos e residenciais. Dito projeto, financiado por empresas imobiliárias, proporcionou ao bolso de muitos parlamentares, a cifra de 1,5 milhões de reais. Após as revelações da fraude, o projeto foi arquivado.

Em relação a decisões liminares, Dom Tomás Balduino ensinou que “o Judiciário atua na forma de liminares de despejos dadas de qualquer maneira. Os juízes não investigam a clamorosa situação social das famílias acampadas. Não se detêm no exame da legitimidade dos documentos apresentados pelos pre-



tenhos donos da área. Assinam sentenças de despejo às vezes, como se diz, ‘no joelho’, e até altas horas da noite.”

A grilagem de terras públicas é um ilícito, acobertado pelo Estado Brasileiro, para assegurar o modelo de desenvolvimento pautado na grande fazenda. Desta forma o Estado implementa uma violenta política de esvaziamento do campo. Nos últimos dois anos do Governo Dilma, menos de 50 áreas foram decretadas para fins de reforma agrária. Por outro lado, os conflitos agrários se mantiveram elevados. A Anistia Internacional, em seu relatório “O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2014/2015” atesta que no Brasil o demorado processo para resolver reivindicações de terras não só resultou em conflitos, como deixou comunidades vulneráveis a sofrer ameaças e violência de pistoleiros e fazendeiros locais.

O Estado que deveria mediar conflitos entre o capital e a comunidade local, coibindo abusos e direcionando ações que assegurem direitos e garan-

tam a cidadania, ele mesmo assume (ver PAC) um papel semelhante ao do capital: impõe arbitrariamente obras gigantes de infra-estrutura, como ferrovias, oleodutos, hidrovias, estradas, hidrelétricas e linhas de energia, com fortes impactos sociais e ambientais nas populações circunvizinhas formadas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e também por pequenos agricultores familiares.

A barbárie está na ordem do dia. A crise hídrica que assusta as cidades e aniquila o campo se enquadra nessa desordem imposta pelo capitalismo tardio. Tão logo se tornem mais escassos os recursos naturais, sobretudo o mais essencial à vida, a saber a água, rios, lagos e lagoas serão grillados. Afinal, no capital, nada se cria, tudo se destroi.

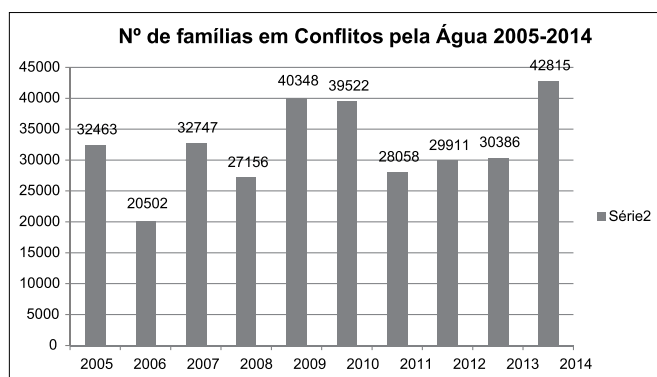
Estamos diante dessa negação da vida. Ou reagimos ou morreremos!

## ÁGUA

# 10 anos de registro de Conflitos pela Água\*

Vamos aqui nos ater a uma análise dos Conflitos pela Água no campo, nos últimos dez anos, entre 2005 e 2014, período em que o crescimento dos conflitos por esse bem essencial a todas as formas de vida se deu de forma evidente. Em 2014 foi registrado o maior número de conflitos pela água e de famílias envolvidas nos últimos dez anos.

Neste período de 10 anos, 322.508 famílias estiveram envolvidas em conflitos pela água.



No ano de 2014 foram 127 ocorrências desse conflito, envolvendo 42.815 famílias. Se multiplicarmos pelo número médio de cinco pessoas, que compõe uma família rural, conforme metodologia da CPT, então 214.075 pessoas estiveram envolvidas nesse tipo de conflito nesse ano.

### Ranking dos 10 últimos anos

Ao longo dessa década, observa-se que o número de famílias atingidas tem sido maior nos estados onde há grandes projetos de “desenvolvimento”. O Pará é o estado com o maior número de famílias envolvidas nesse período (69.302), a maior parte por conta da Construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Além disso, o chamado “Complexo Hidrelétrico Tapajós”, que prevê a construção de sete usinas ao longo dos dois rios, no oeste do Pará, vai impactar diretamente 32 comunidades tradicionais, entre quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e cer-

ca de dois mil quilômetros de território indígena, principalmente da etnia munduruku.

O Rio de Janeiro ficou em segundo lugar no número de famílias envolvidas nesses dez anos, devido, sobretudo, à implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico, um empreendimento que envolve Vale, Thyssen Krupp e CSA. Somente neste conflito estão envolvidas mais de oito mil famílias. Nesse período foram 66.687 famílias

envolvidas nesse tipo de conflito no estado, ficando atrás somente do Pará.

Minas Gerais, com 26.179 famílias envolvidas, vem em terceiro lugar, praticamente todas em conflitos com Barragens e Açudes, que envolvem o Governo Federal e empresas

nacionais e internacionais como a Mineradora Carpathian Gold, Manabi S/A, Anglo American, Kinross Gold Corporation, Ferrous Resource, SAM, Sada Bioenergia. Rondônia vem a seguir, com o envolvimento de 23.312 famílias, em conflitos, em sua maioria, com a construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio.

Pelo que se vê deste quadro, o maior número de conflitos no período de dez anos são os provocados pelo Uso e Preservação da água (346), seguido de perto pelo de barragens (325), e, com menor incidência, o de apropriação particular (86).

### Conflitos urbanos

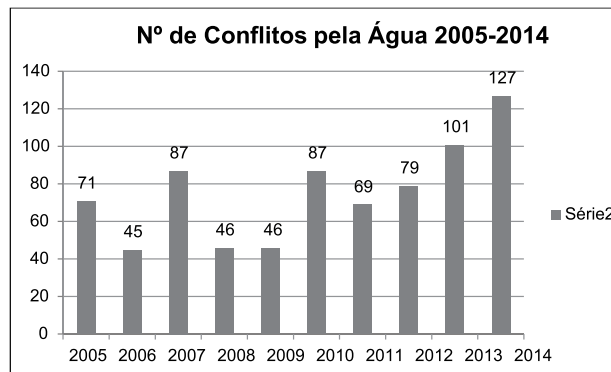
Enquanto escrevemos essa análise, o cenário que se desenha cada vez mais grave atinge as cidades. Milhões de cidadãos de São Paulo já estão numa labuta diante da

Tipos de Conflitos de Água

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total conflitos 2005-2014
Apropriação Particular	7	9	7	5	13	9	2	4	7	23	86
Barragens e Açudes	30	16	33	33	17	31	35	38	43	49	325
Uso e preservação	33	20	47	8	16	47	32	37	51	55	346
Sem informação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	71	45	87	46	46	87	69	79	101	127	758

Pelo que se vê deste quadro, o maior número de conflitos no período de dez anos são os provocados pelo Uso e Preservação da água (346), seguido de perto pelo de barragens (325), e, com menor incidência, o de apropriação particular (86).

falta de água que atinge milhares de residências. E o mesmo já se sente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Se somarmos, simplesmente, a população do Rio de Janeiro, São Paulo e interior de São Paulo, teremos aí uma população de 37,8 milhões de brasileiros urbanos, de alguma forma envolvidos nesses conflitos. Mas os conflitos urbanos se estenderam, ainda, por Minas Gerais, principalmente no vale do São Francisco e praticamente por toda região Sudeste, manifestando-se de forma veemente em 2013, particularmente no



Semiárido Brasileiro. Essa nova realidade obrigou governos estaduais e federal a fazerem obras rápidas para abastecer pessoas no seu uso cotidiano. Uma delas foi a Adutora Pajeú, que já abastece sete cidades de Pernambuco, está projetada para prover mais 14 do mesmo estado e outras

oito cidades da Paraíba. O total de pessoas beneficiadas é, até agora, de aproximadamente 177 mil.<sup>1</sup>

Embora tantas vezes diagnosticado e previsto, o fenômeno urbano da escassez da água surpreendeu as autoridades e a população. Agora, ou mudamos a governança da água, ou seremos vítimas permanentes dos desgovernos. A principal solução apresentada pelos neoliberais na questão da água era sua privatização, com a consequente mercantilização e precificação desse bem comum. Em outros lugares do mundo a solução já fracassara, como Paris e Cochabamba, na Bolívia. Agora, o fracasso tornou-se brasileiro. A solução para a crise hídrica instalada não está em tecnologias de ponta e novas obras. Elas só ajudarão na superação do problema se uma ética anterior de respeito pelo ciclo das águas for instaurada na governança hídrica brasileira. Já dizia Guimarães Rosa, “a água de boa qualidade é como a saúde e a liberdade, só tem valor quando acaba”.

<sup>1</sup><http://blog.planalto.gov.br/adutora-do-pajeu-traz-agua-para-o-sertao-nordestino>.

\*Edição do texto analítico de Roberto Malvezzi, que será publicado na íntegra na edição, ainda inédita, do relatório anual da CPT, Conflitos no Campo Brasil 2014.

# Há 10 anos era assassinada Irmã Dorothy Stang

DOM ENEMÉSIO LAZZARIS E JOSÉ BATISTA AFONSO\*

Em 12 de fevereiro de 2005, o Brasil foi surpreendido pela notícia do assassinato da Irmã Dorothy Stang, missionária americana que atuava junto aos camponeses e camponesas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança (PDS Esperança), no município de Anapu, Pará.

A apresentação do Conflitos no Campo Brasil 2004, publicação anual da Comissão Pastoral da Terra lançada em 2005, pouco tempo depois desta morte, registrou: “Este assassinato provocou uma gigante onda de indignação nacional e internacional. Qual um verdadeiro tsunami, esta tragédia atingiu o Planalto Central, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. Tomou conta das redações dos jornais e dos estúdios das TVs e das rádios. E seus abalos se sentiram em todo o mundo. A morte de Irmã Dorothy Stang irrompeu com a força da ressurreição. Sua ação, humilde e desconhecida, pequena e quase isolada, multiplicou-se por todos os cantos do Brasil, conquistando corações e mentes e ganhou as dimensões do mundo e do tempo.”

Na ocasião, Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu, à qual a irmã pertencia, e dom Tomás Balduino, presidente da CPT, emitiram nota de indignação na qual denunciavam “o crime organizado na região, com o envolvimento de autoridades e da polícia do governo estadual, na corrida e na disputa pelo domínio, a qualquer preço, daquela área de total desordem fundiária.” Denunciavam ainda a impunidade dos crimes cometidos contra os lavradores. E citavam que nos 20 anos, de 1985 a 2004, a CPT ha-

via registrado 1.379 mortes no campo, destes 523 ocorreram no Pará, 37,9%, dos quais foram a julgamento 10 casos, com a condenação de cinco mandantes e oito executores.

Nos 10 anos que se seguiram à morte de Irmã Dorothy a situação permanece praticamente inalterada. De 2005 a 2014, o número total de assassinatos no campo diminuiu. Foram 334. O Pará, porém, concentrou 118 das mortes, 35,3%. Das 548 tentativas de assassinato, 165 aconteceram no Pará. Das 2.118 das pessoas ameaçadas de morte, 617 viviam no Pará.

A punição dos responsáveis pelo assassinato da missionária não foi exemplar, como prometido. O fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão condenado a 30 anos de prisão, aguarda em liberdade o julgamento de recursos nos tribunais superiores. Seu sócio, nos negócios e no crime, Vitalmiro Bastos de Moura, após ter seu julgamento repetido por três vezes, cumpre pena no regime semiaberto. Amair Feijoli teve o benefício da prisão domiciliar tão logo saiu do regime fechado. Clodoaldo Batista, coautor do crime, foi autorizado a passar alguns dias fora



da cadeia e não mais retornou para cumprir o restante da pena. Raifran das Neves, o executor dos disparos, logo que foi beneficiado com o regime semiaberto, retomou sua profissão de pistoleiro, participando de outros assassinatos por encomenda no Pará. Outros fazendeiros que, certamente, participaram da decisão de mandar matar Dorothy nunca foram investigados. A impunidade continua sendo uma das principais causas da violência no campo no Brasil, principalmente, no estado do Pará.

Dorothy continua sendo lembrada. Diversas comemorações, em diferentes localidades de nosso País, trazem a presença do martírio desta mulher que, mesmo sabendo estar ameaçada (em 2004 recebera mais de uma ameaça), não arredou pé de junto do povo com quem dividia alegrias e esperanças, tristezas e dores. Para defender o direito dos camponeses e a preservação da floresta Amazônica, não teve dúvida em colocar em risco sua própria vida.

\* presidente da CPT e advogado da CPT em Marabá, respectivamente. Artigo publicado no jornal Correio Braziliense no dia 12 de fevereiro.



# Algo mudou?

*Conflitos, ameaças de morte, violência, expulsão... esse era o cenário em que Dorothy vivia. Dez anos após o seu assassinato, será que algo mudou?*

CRISTIANE PASSOS\*

Desde 2005, quando a freira foi assassinada, 118 pessoas também o foram no estado paraense. Esse número corresponde a 35,3% do total de assassinatos em conflitos no campo no país, no mesmo período. A impunidade ainda é o maior entrave para quem tenta defender seu pedaço de terra, a floresta ou o saber tradicional de viver e produzir alimentos na terra. Em 28 anos, dos 428 casos de homicídios em disputas no meio rural do Pará, só 21 foram julgados.

Dos cinco condenados pela morte da freira, somente Rayfran das Neves, o pistoleiro, está na prisão, mas por causa de outro crime. Rayfran foi preso em setembro do ano passado, acusado de matar um casal no Nordeste do Pará. Até então, cumpria prisão domiciliar por causa da morte de Dorothy. Os outros condenados estão em regime aberto ou semiaberto, e um dos mandantes conseguiu um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal.

Em entrevista para a rádio CBN, o professor de Direito da Universidade Federal do Pará, Jerônimo Treccani, que acompanhou todos os júris do caso Dorothy, afirmou que a demora nos julgamentos faz com que crimes prescrevam. Ele ressaltou que nada mudou no Judiciário nesses dez anos, e cobrou mais transparência. “Só a partir do momento em que o sistema - Judiciário, Ministério Público, delegados - mostrar que é possível acreditar que a justiça vai ser feita, aí acho que alguém pode até se dispor a ajudar na fiscalização”.

## Pará e região amazônica no centro dos conflitos

Na avaliação de José Batista Afonso, advogado da CPT em Marabá, os conflitos são mais intensos no Pará porque o estado fica na fronteira de

Foto: Agência Estado/Reprodução



expansão do agronegócio em direção à Amazônia. “Expansão da pecuária extensiva, principalmente no estado do Pará, da soja em Mato Grosso, de várias monoculturas em Rondônia e também da pecuária extensiva, da soja no Maranhão, no Tocantins, e do eucalipto. O agronegócio vai empurrando essas atividades em direção à Amazônia. Isso vai pressionando e gerando conflito com as comunidades que já residem aqui”.

Já para o coordenador da CPT no Pará, padre Paulo Joanil da Silva, os conflitos são resultado de um problema histórico: a falta de um processo de reforma agrária. “Isso é uma decisão política: não vamos fazer reforma agrária. Isso acirra ainda mais o conflito pela posse da terra, pelo direito do trabalho, pelo direito de viver da população camponesa e abre um precedente para a invasão de grandes projetos econômicos, o agronegócio e a mineração”.

Outro fator que promete agravar a situação fundiária no estado é a migração de pessoas à procura de emprego em cidades pequenas que abrigam grandes projetos. É o caso de Altamira – com 99 mil habitantes segundo o Censo de

2010 – município mais próximo ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo Monte e que faz divisa com Anapu. Em 2013, a obra contava com 22.500 trabalhadores contratados. A expectativa era que o canteiro abrigasse até 28 mil funcionários. “Os grandes projetos que são instalados para viabilizar essa produção, de energia, por exemplo, acabam atraindo migrantes para cá. E os trabalhadores que migram para cá, grande parte deles não consegue emprego nessas empresas e acaba indo para ocupação urbana ou rural”, analisa Batista.

## Enquanto celebrávamos o martírio de Dorothy mais seis pessoas tombaram no PA

No dia 17 de fevereiro, cinco dias após celebrarmos e lembrarmos o martírio de irmã Dorothy, seis pessoas da mesma família foram mortas em Conceição do Araguaia, região do sudeste paraense. O casal Washington Silva e Lidiane Souza, e mais 4 crianças, foram barbaramente assassinados, no interior da fazenda Estiva, localizada no município de Conceição do Araguaia. Os autores da violência, que alegavam serem donos do lote ocupado pela família, assassinaram todos que se encontravam na casa, usando de extrema crueldade e sem dar qualquer chance de defesa para as vítimas.

Em Nota Pública, a diretoria e coordenação executiva nacional da CPT destacaram que “o massacre de Conceição do Araguaia, porém, vem desmontar a fala das autoridades [de que os conflitos no PA estariam sob controle]. Se de um lado é certo que houve diminuição nos números das violências e dos conflitos, continuam sempre muito presentes as condições que levam, a qualquer momento, a situações como a do massacre acontecido, principalmente nas regiões Sul e Sude-

te do Pará”. Para José Batista, “no sul e sudeste do Pará, não podemos dizer que houve diminuição nos casos de conflitos e violência no campo. As demandas que se acumulam ao longo dos anos por demarcações de terras e desapropriações tornam a região palco de constantes conflitos”.

Também em Nota divulgada pela CPT de Marabá, juntamente a outras organizações da região, as entidades destacam que a inoperância dos órgãos do governo em resolver os problemas fundiários, da mesma forma, mantém esse tipo de crime no campo brasileiro. “Analisando as causas que resultaram no conflito, não há dúvidas, que a responsabilidade pelas mortes vai além daqueles que praticaram o ato criminoso. Recai também sobre a péssima atuação do INCRA e da Justiça Federal no sul e sudeste do Pará. Em relação à atuação do INCRA é preciso esclarecer que a inoperância do órgão e o despreparo de muitos de seus gestores para atuarem em situações de conflito, tem sido uma das principais causas da ocorrência de situações de violência contra os trabalhadores em muitas ocupações. A ocupação da fazenda Estiva se arrasta por mais de oito anos sem que o órgão tenha conseguido resolver o conflito e promover o assentamento das famílias. Na área de abrangência da Superintendência do INCRA de Marabá, existe hoje, mais de 100 fazendas ocupadas por cerca de 12 mil famílias que aguardam para serem assentadas. A grande maioria dessas ocupações já se arrasta por mais de 10 anos sem que o conflito tenha sido solucionado. Essa inoperância do órgão possibilita que situações de violência como a que ocorreu na fazenda Estiva ocorra em outras áreas colocando em risco centenas de famílias sem terra”, diz o documento.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

## IV CONGRESSO NACIONAL DA CPT

# “Quando os dias fazem pensar”

(Pedro Casaldáliga)

FREI LUCIANO BERNARDI\*

A CPT e suas equipes de base estão intensificando os preparativos para o seu IV Congresso Nacional. Camponeses e camponesas, que serão maioria no Congresso, missionários e missionárias da Pastoral da Terra, bispos e pastores, assessores e convidados têm encontro marcado, em Porto Velho, Rondônia, nos dias 12 a 17 de julho.

Um camponês/seringueiro, carregando na testa sua poronga, instrumento no trabalho noturno para extração de borracha dos seringais amazônicos, está fazendo o convite, no Brasil inteiro, através do cartaz e suas chamadas: “Faz escuro, mas eu canto – memória, rebeldia, esperança dos pobres da terra”.

Em 1975, reunidos em Goiânia, um grupo de bispos, pastores e profetas, que ouviam o grito dos pobres e dos que se solidarizavam com eles, sentiram que tinha amadurecido o momento de dar um passo corajoso e inédito. Alicerçados nos documentos do Concílio Vaticano II decidiram largar as arquibancadas religiosas dos que assistiam ao jogo brutal da duplicidade ditadura civil e militar, herdeira do colonialismo genocida e escravocrata, para se lançar a campo junto aos pobres do campo.

Quem viveu esses tempos, lembra o entusiasmo e o respiro de fé daquele momento: a cruz de Cristo e a espada do poder que oprime, não podiam mais estar unidas e renovar alianças espúrias e incoerentes com o evangelho. Floradas de comunidades começavam a brotar: leigas e leigos, religiosas e religiosos, missionários e missionárias recobravam identidade e eram encorajados, por seus bispos e pastores, a se levantarem do chão. Sentiam que podiam e deviam sair em missão com os pés no “limiar”

das portas: um fincado para dentro, se abastecendo da fé, outro para fora, para ser uma missão da boa nova, as comunidades e seus pastores, “co-missionaram” a seus co-laboradores a preocupação e o cuidado com os indígenas (CIMI - Conselho Indigenista Missionário) e com os camponeses (CPT- Comissão Pastoral da Terra).

Estas “comissões” sempre se avaliavam para não virarem escritórios de burocracia eclesial ou cabides de emprego, mas sim um serviço de solidariedade evangélica aos que mais clamavam, mesmo que silenciados pelo regime. Ecumenicamente, sem distinções discriminantes entre cargos, mas respeitando carismas conforme as demandas da realidade.

Realidade era uma palavra que parecia ter sido expurgada dos dicionários eclesiásticos e eis que se impõe: era dura e trágica, envolvendo conflitos, resistências, lutas e mortes. A terra e as águas eram cada vez mais roubadas pelas grilagens e concentradas nas mãos de fazendeiros e empresas que transformavam as “terras de trabalho em terras de negócio”.

Quarenta anos depois, não temos dúvida que essa foi uma igreja que iniciava uma ruptura. No seu conjunto pode ser comparada à nova imagem de Deus que permeou toda a Bíblia e que emerge das páginas fundamentais do Êxodo: um Deus inédito “que ouve, vê e desce no meio do povo escravo do Egito para libertá-lo”, “comissionando” isso a centenas de Moisés e Miryams, Josué e Déboras de então e de hoje.

Com eles e elas, 40 anos atrás, como nos tempos e nos textos bíblicos, se identificavam também pessoas solidárias e heroicas, em sua busca da justiça, mesmo sem serem inscritas a alguma agremiação religiosa ou igreja. A CPT sente que hoje o Brasil vive



um momento análogo ao de 40 anos atrás. Por isso deve resgatar esta sua co-missão inerente à sua identidade. Vivemos hoje dias e tempos “que fazem pensar”. Nesta quarta década está chegando o momento de avaliar e consultar os pobres de sempre e os novos empobrecidos. Deverão surgir novas trilhas estratégicas ou a confirmação das já tomadas.

Parece-nos que o desafio é sermos capazes, como 40 anos atrás, de ouvir e refletir em conjunto sobre os clamores do nosso Brasil mundializado. E, de mãos dadas com os povos deste país continente - silenciados, marginalizados e tratados como clientes aos quais se distribuem migalhas de pequenas benesses - proclamar que a vida e a liberdade passam obrigatoriamente, por terra e autonomia.

Seremos capazes de assumir a postura evangélica do fermento, sal e luz que são eficazes na medida em que estão presentes e se desmancham em alimento e tempero gostoso pela vida? Isso implica em acreditar que a maior eficácia se dará quando assumirmos “permanecer” com os pobres, respeitando sua liberdade, oferecendo solidariedade na busca, com eles, de caminhos autônomos e alternativos a um capitalismo hipócrita e sedutor. Recusando o canto das sereias produzido por forças que jamais aceitam o autêntico protagonismo deles. Isto inclui, junto com outros parceiros, sermos capazes de dialogar sobre ar-

madilhas e perigos - cooptações, traições, centralismos, desligamento das bases, busca de privilégios - enfim, as traições da esperança quando se cede na rebeldia profética.

Nesta trilha sentimos, à frente e ao nosso lado, o fôlego de figuras que se tornaram paradigmas de causas e metodologias irrenunciáveis porque são as do Evangelho, que temos mais facilidade em condecorar que seguir. Hoje, sobretudo, as investidas do sistema podem nos convencer, com o tão necessário dinheiro na mão, que certos paradigmas são ultrapassados, obsoletos e que, exigindo “exageros” como o reconhecimento da dignidade e da autonomia dos pobres, a democracia nas decisões, a alternatividade e o protagonismo em relação ao capital, não iremos a lugar nenhum.

Entregamos esta trilha rumo ao Congresso a duas inspirações, que tem a ver com o âmago do evento Jesus, que precisamos a cada momento aprofundar: Dom Oscar Romero, e irmã Dorothy Stang. Ambos, rodeados por uma “nuvem de testemunhas” que os acompanham, como nosso saudoso dom Tomás Balduino, foram, um “evento teológico”. Nele se pode sentir uma espécie de reaproximação entre a Palavra de Deus e a palavra, ou talvez, “o grito sem palavras, do sofrimento injusto dos pobres”.

\*Membro da Coordenação Executiva Nacional da CPT.

## CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2015

## Eu vim para servir

ANTÔNIO CANUTO\*

Com o lema “Eu vim para servir” (Mc 10,45), a Campanha da Fraternidade deste ano de 2015 trata da relação Igreja e Sociedade. Propôs-se como objetivo “aprofundar, à luz do Evangelho, o diálogo e a colaboração entre a Igreja e a sociedade, propostos pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, como serviço ao povo brasileiro, para a edificação do Reino de Deus” (Objetivo Geral da CF 2015).

Igreja e sociedade sempre coexistiram. Mas suas relações, nem sempre foram amistosas, sobretudo nos primórdios da Igreja, quando são de um conflito aberto. Os cristãos desenvolveram comportamentos que se chocavam com os do Império Romano, conforme pontua Sandro Gallazzi, em reflexão no Curso de Verão de Goiânia, em 2014, cujas análises eu cito ao longo do texto. Este conflito está registrado nos Evangelhos, Atos dos Apóstolos e Cartas Paulinas. A condenação de Jesus à morte na cruz se insere na lógica deste confronto com o Império e o Templo.

Mas já na igreja primitiva, diante das perseguições “alguns cristãos, sobretudo em Roma, sentiram a necessidade de fazer com que o cristianismo fosse considerado uma ‘religião lícita’”. As cartas pós-paulinas (1 e 2 Timóteo e Tito) trazem o esboço deste novo caminho de igreja como “uma ‘religião’ constituída regularmente com as dimensões próprias de todas as religiões: uma doutrina, uma estrutura, um rito, uma lei... As relações de governo substituirão aos poucos as relações igualitárias e fraternas, que eram características das igrejas paulinas perseguidas. Os ser-



viços precisam ser identificados, oficializados e institucionalizados, como na sociedade imperial greco-romana”.

“Uma terceira maneira de pensar e de organizar a igreja começou a se manifestar no fim do primeiro século. É, também, uma terceira maneira de se relacionar com o império, depois da perseguição de Nero. Nem o confronto, nem a convivência. O império deixa de ser o problema principal; em muitos casos, ele é completamente ignorado. Trata-se de uma corrente espiritualista chamada de ‘gnóstica’, porque dava a maior importância ao conhecimento (gnosis) espiritual, desprezando a realidade da história e o compromisso com a sociedade”.

Eram três formas de a Igreja se relacionar com a sociedade que ainda hoje subsistem. Mas, “em pouco mais de dois séculos o cristianismo se tornará, não somente uma religião lícita, mas o imperador Teodósio, em 380, a proclamará a única religião oficial do império romano e iniciará, assim, um

processo, muitas vezes violento, de eliminação de qualquer outro culto ou tipo de religião”.

Daí para frente, a igreja cada vez mais deixa de ser comunidade de irmãos, de iguais, e assume uma postura de poder. Assimilou a estrutura, valores, nomenclatura, símbolos próprios do Império, em detrimento dos valores do Evangelho. Não se contenta com o poder religioso, mas quer também o poder temporal. Unge reis e os destitui. A tiara papal, usada até a poucos anos, simbolizava o triplo poder do papa, o eclesiástico, o religioso e o temporal. Todo o processo de colonização do Novo Mundo se insere neste contexto. A Igreja é uma perfeita e fiel coadjuvante do projeto conquistador.

Não faltaram vozes que se levantaram contra este modelo de igreja. Vozes clamando no deserto. É certo que a Igreja desenvolveu muitas ações de caridade – escolas, hospitais, creches, asilos – que socorriam o que o sistema abandonava, mas que não questionavam a estrutura vigente.

O Concílio Vaticano II provocou uma reviravolta nesta concepção de Igreja. Propôs um retorno aos Evangelhos. A igreja deixou de se definir como uma sociedade perfeita, mas como povo de Deus, inserido na história e nas vicissitudes da sociedade. Ela deixa de querer ser o centro e se coloca em atitude de diálogo com a sociedade e o mundo, a serviço da construção do Reino.

Neste contexto surge a CPT. Uma pastoral fundada numa igreja samaritana que acode e acolhe os caídos à beira das estradas, que busca inserir os excluídos, para juntos construir uma sociedade de

partilha e de solidariedade. Está no DNA da CPT o estar a serviço do protagonismo dos homens e mulheres da terra, e de suas organizações. Por isso também sofre perseguição. O sangue de Josimo e Dorothy o confirma.

Hoje, depois de um relativamente longo período em que os ensinamentos do Concílio foram relegados a planos secundários, surge o Papa Francisco que os resgata, em suas manifestações e nos seus gestos. O seu pensamento ficou claro na Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos... Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta, e Jesus repete-nos sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’” (Mc 6,37).

A Campanha da Fraternidade reafirma a missão da CPT de estar a serviço dos que não contam, não tem vez, nem voz. A Campanha deve nos lembrar que a Igreja não tem sentido em si mesma, para si mesma, ela só tem sentido se se põe a serviço da construção do Reino.

## CPT

# Encontros, reuniões e articulações marcam início de ano da CPT

ELVIS MARQUES\*

*Um ano de comemorações e muitos eventos! A CPT está completando 40 anos e o Caderno de Conflitos, 30. Em meio a essas datas significativas, a CPT começou 2015 com muitos encontros, articulações e novos projetos.*

Foto: Elvis Marques - CPT Nacional



## Articulação CPT's do Cerrado

Membros da Articulação das CPT's do Cerrado realizaram o primeiro encontro de planejamento de 2015, na Secretaria Nacional da CPT, em Goiânia, nos dias 21 e 22 de janeiro. Nessa reunião esteve em pauta o Encontro das Comunidades do Cerrado – que acontecerá entre os dias 25 e 28 de abril, em Luziânia (GO). Os representantes da Articulação discutiram, ainda, o lançamento da Campanha em Defesa do Cerrado, que ocorrerá no segundo semestre deste ano.

No âmbito das mobilizações, a Articulação destacou a importância de fomentar mais discussões e ações em torno da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 504, que reconhece os biomas Cerrado e Caatinga como Patrimônio Nacional; pela regularização dos territórios pesqueiros; e articulação pela não aprovação da PEC 215, que transferiria do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de formalizar terras indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas, entre outros.

Ainda durante a reunião, foi apresentada a Cartilha do Cerrado – material que reúne textos e propostas de encontros celebrativos e de formação, que devem ser trabalhados com as comunidades desse bioma.

## Articulação CPT's da Amazônia

Os coordenadores e integrantes da Articulação CPT's da Amazônia estiveram reunidos nos dias 04 e 05 de fevereiro, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO). Além de preparar a agenda de ações para o ano de 2015, esse encontro foi marcado por momentos de avaliação do trabalho de articulação e mobilização junto às comunidades amazônicas, movimentos sociais e igreja. Os participantes apresentaram ainda um panorama de conflitos e ações de resistência em seus estados amazônicos.

Para o primeiro e segundo semestre desse ano, a equipe de articulação programou dois seminários que irão reunir as comunidades da Amazônia, e que tem como um dos propósitos a troca de experiências entre os povos no enfrentamento e superação dos conflitos no campo.

Neste contexto, discutiu-se a elaboração do dossiê sobre nove conflitos emblemáticos presentes na Amazônia. O IV Congresso da CPT, que será realizado na Amazônia, no estado de Rondônia, também foi abordado durante a reunião da Articulação, que já planeja ações que deem visibilidade aos povos e conflitos amazônicos.

## Encontro das Pastorais do Campo

Aconteceu entre os dias 06 e 08 de março, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO) o Encontro Ampliado da Articulação das Pastorais do Campo – o evento é ampliado porque além das pastorais há a presença de povos e comunidades tradicionais. “Desafios Pastorais no Campo” foi o tema que guiou o segundo encontro de 2015 da articulação, que contou com a assessoria de Nancy Cardoso Pereira e Sandro Gallazzi. Mais de 30 pessoas participaram.

Participaram do Encontro representantes das seguintes Pastorais do Campo: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Brasileira, Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), e Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Também acompanhou o evento o padre Ari Antônio dos Reis, assessor da Comissão Episcopal para Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB.

Iniciada em 2011, a Articulação das Pastorais do Campo visa fortalecer as ações dessas Pastorais e juntar forças nas lutas, muitas vezes, comuns que elas defendem, como os direitos das comunidades tradicionais em relação aos seus territórios e ao seu modo de vida tradicional. “O desafio continua sendo de fortalecer as articulações já existentes e iniciar outras em alguns estados. Confirmamos a importância da articulação destas comunidades, e os avanços nas ações conjuntas na Bahia, Norte de Minas, Pernambuco, Tocantins”, explica Isolete Wichinieski, da coordenação executiva nacional da CPT. “Planejar ações e lutar de forma conjunta!”. Assim como pontuou Isolete, os participantes do Encontro ressaltaram que é necessário se “juntar para resistir”.

## Coordenação Nacional

A última reunião da atual direção e coordenação executiva nacional

da CPT ocorreu nos dias 09 e 10 de fevereiro em São Luís, no Maranhão. Estiveram presentes todos os membros: Dom Enemésio Lazzaris, Isolete Wichinieski, Flávio Lazzarin, Luciano Bernardi, e Edmundo Rodrigues. O encontro foi um momento de análise conjuntural, avaliação dos três anos à frente da CPT, e do acompanhamento aos regionais e equipes da entidade. Todavia, a reunião também abordou a preparação para Assembleia e Conselho Nacional, que acontecem em março. Outro ponto analisado pela coordenação foi a proposta do Plano Estratégico da CPT, que será apresentado pela equipe de elaboração durante o Conselho.

## Oficina de Captação de Recursos

Durante os dias 27, 28 e 29 de janeiro aconteceu, na Secretaria Nacional da CPT, uma oficina sobre sustentabilidade e captação de recursos. O estudo foi promovido pela Equipe de Elaboração do Plano Estratégico da CPT, formado por Isolete Wichinieski, Dirceu Fumagalli e Thomas Bauer. Da Secretaria Nacional participaram representantes dos setores de comunicação e administração.

Para assessorar o encontro foram convidados Luciano Marcos, diretor do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), e Renata Costa, coordenadora de comunicação e mobilização de recursos da Cáritas Nacional. A oficina dá continuidade à temática discutida no último Encontro Nacional de Formação da CPT, ocorrido em outubro de 2014. Nesse sentido, os assessores apresentaram experiências de novas estratégias de sustentabilidade e captação de recursos, adotadas pelas organizações em que trabalham.

\*Setores de Comunicação e Documentação da Secretaria Nacional da CPT.



# Onze vitórias dos direitos indígenas em 2014

CRISTIANE PASSOS\*

*Apesar das investidas tanto do capital quanto do governo contra os indígenas, em todo o mundo, algumas vitórias desses povos em 2014 podem ser comemoradas.*

Foto: Ruy Sposati



Mesmo com o crescimento exponencial dos movimentos indígenas nos últimos dez anos, os Estados continuam desrespeitando seus direitos. As empresas, da mesma forma, continuam invadindo os territórios tradicionalmente ocupados.

Todavia, mesmo com um cenário pessimista, os indígenas tiveram vitórias nesse ano de 2014 e que merecem ser comemoradas. Em janeiro do último ano, os povos Dongria Kondh, de Odisha, na Índia, conseguiram que o país cancelasse um grande projeto de mineração de bauxita que seria realizado pela empresa Vedanta Resources. Graças à luta dos Dongria e do apoio internacional, a corte indiana reconheceu o direito desses povos a decidir sobre o destino de tal projeto.

Em fevereiro último o povo munduruku intensificou suas lutas em defesa do rio das Tropas e contra a mineração ilegal no local. Ao invés de esperar por uma resolução do governo para o caso, os munduruku se mobilizaram e expulsaram os mineradores

da região. No Canadá, os indígenas também conseguiram que o governo federal desistisse de um projeto de extração de cobre e ouro, pela empresa Taseko, em New Prosperity, terras dos povos Tsilhgot'in.

Na Namíbia, os povos Nama conseguiram que a Alemanha devolvesse 35 crânios e três esqueletos de vítimas do genocídio que sofreram entre os anos de 1904 e 1908, em que 10 mil namas foram mortos e 70 mil hereros. Em abril de 2014, o ministro de meio ambiente da Indonésia se retratou pelo apoio dado pelo governo a uma grande plantação de cana de açúcar, que havia coberto grande parte das ilhas Aru, a sudoeste de Nova Guiné. Já em junho, em Vancouver, Canadá, o conselho municipal votou unanimemente a favor do reconhecimento de que a cidade de Vancouver está em territórios tradicionais, nunca cedidos, do povo Coast Salish.

Em setembro, os povos indígenas da Guatemala, juntamente a movimentos sociais, sindicatos e organi-

zações camponesas, conseguiram uma grande vitória quando o Congresso Nacional vetou uma lei que permitiria o ingresso de sementes geneticamente modificadas no país, dando a algumas poucas empresas os direitos exclusivos sobre suas patentes. Os povos Maia e organizações sociais advertiram, na época, que a chamada “Lei Monsanto” violava a constituição e o direito maia de utilizar suas formas tradicionais para cultivar a terra. No mesmo mês, no Canadá, a nação Shoal Lake inaugurou o “Museu das Violações contra os Direitos Humanos no Canadá”. Nesse caso, a vitória, na verdade, não foi a inauguração do Museu, mas a visibilização de uma questão que gerou vários conflitos em território Shoal Lake, que é a sua fonte de água, usada para abastecer a região de Manitoba. Esse povo teve que suportar por anos expulsão, empobrecimento, contaminação de suas águas, entre outras violências.

Já os povos indígenas do Hawaí, do território tradicional Kanaka Maoli, interrompeu o lançamento da construção de um grande telescópio em pleno território indígena. No evento, transmitido ao vivo, dizia-se a todo momento que tal construção havia sido autorizada pelo povo Maoli, que invadiu a cerimônia e desmentiu essa falácia.

Em dezembro a Corte de Apelações do Peru recusou uma demanda da Mineradora Yanacocha, que queria despejar uma família indígena que supostamente havia “invadido” sua própria terra. No Brasil, nesse mesmo mês, o Congresso Nacional não conseguiu aprovar a PEC 215, que foi arquivada em seguida. Infelizmente não podemos mais comemorar essa que seria uma vitória, já que o novo Congresso quer retomar as discussões sobre a PEC e já montou a Comissão Especial para analisá-la.

## Papa aprova beatificação de Dom Oscar Romero

Com a aprovação do decreto para sua beatificação, Dom Romero é reconhecido como mártir. Em informe, o Vaticano ressaltou a relação entre Francisco e a atuação arcebispo: “O mundo mudou muito desde aquele longínquo 1980, mas o pastor de um pequeno país da América Central fala mais forte”. Vinte e um anos após iniciado o processo, o Papa Francisco aprovou no dia 3 de fevereiro, o decreto para a beatificação do arcebispo salvadorenho Óscar Arnulfo Romero, conhecido defensor dos pobres e expoente da Teologia da Libertação na América Latina, assassinado no altar de uma igreja em 1980, por um comando de extrema direita, enquanto celebrava uma missa. O processo tramitava desde março de 1994. No dia 24 de março completam-se 35 anos da morte de Romero.

### Conflito com indígenas na Colômbia já feriu 50

Indígenas da região de Cauca, oeste da Colômbia, iniciaram o processo de retomada de suas terras ancestrais em fevereiro. Policiais tentam realizar o despejo em uma fazenda conhecida como García Arriba. As comunidades Nasa e Paeces são as mais afetadas pelo conflito com o Escuadrón Móvil Antidisturbios de la Policía (Esmad) e exército. Várias pessoas nas redes sociais solicitaram a cessação de combates entre membros do ESMAD e grupos indígenas. Relatórios recentes indicam feridos nos confrontos em Corinto, Cauca, na maioria indígenas. A comunidade solicitou ao Governo reunião para uma solução diante da situação. Celsain Fernández Rivera, indígena de Pitayo, faleceu no dia 28 de fevereiro após ser vítima de uma bala, quando estava na zona rural do município de Silvia. O exército disse que foi um disparo acidental.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## PÁGINA BÍBLICA

# A libertação vem da casa da mulher

SANDRO GALLAZZI\*

Na edição passada vimos que o sistema sacerdotal de dominação faz da mulher a maior vítima no econômico, no político e no pessoal. Mas elas não ficaram caladas. Se tivessem calado, não precisava dizer que se calassem. São elas que no meio do povo oprimido, que conservam a memória do verdadeiro Deus. Neste contexto, aparecem na Bíblia cinco mulheres: Ester, Rute, Judite, Susana e a Sulamita, que se convertem em símbolo da resistência ao templo.

## Mulheres sem filhos

No momento em que se quer que a mulher reproduza para o mercado, vemos uma novidade. A Sulamita não tem filhos, Judite não tem filhos, Ester não tem filhos. Rute que tem um filho, o entrega e fica sem ele; Susana tem filhos, mas, ironicamente, estão dispostos a deixá-la morrer sem fazer nada. Não ter filhos, até aquele momento, para a mulher hebraica, era motivo de tristeza e desespero. A mãe de Samuel chegava a chorar no templo para ter um filho. Também a mãe de Sansão. A filha de Jefté chora dois meses por ter que morrer sem ter um filho. Agora, não. Encontramos estas mulheres sem filhos, e nem por isso desprezadas. Antes, o contrário.

## A Casa da Mulher

Onde estão os homens destas mulheres? Todas as ações de libertação nascem a partir da casa da mulher. Ester leva o rei a seus aposentos e aí consegue mudar a decisão de morte em proclamação de vida para o povo; Judite, viúva, tem uma casa que herdou de seu marido, mas ela constroi um barraco no terraço e aí costumava viver, aí se reúne com os anciãos e daí sai, depois de sua oração, para enfrentar Holofernes. Susana não tem casa,

a casa é de Joaquim e é tomada pela sinagoga, como lugar de reunião e tribunal. Mas ela tem um jardim (símbolo do paraíso) e ela tem a chave. Paradoxalmente os que pecam nos jardins são os anciãos da sinagoga e não a mulher. A história de Rute tem como centro operativo a casa de Noemi. De lá saem, para lá voltam.

E fazem tudo sem os homens. O único homem que sobressai é o amante da Sulamita, pobre camponês que ama, sem dominar, sem sentir-se superior à sua amada. Irônica é a figura do marido de Susana que não diz nada, nem faz nada para defender sua esposa e sua própria reputação. Que contraste com a mentalidade machista do templo!

## A teologia da mulher

Estes textos não são um produto ocasional. Por trás deles há realmente uma reflexão organizada, produzida por grupos onde a presença das mulheres devia ser muito forte. A prova disto está no fato de que estes livros, na Bíblia hebraica, pertençam a uma unidade menor chamada Megillot que quer dizer “os livros”. Estes livros são cinco, como cinco são os livros do templo. Mais ainda, estes livros têm significativo uso litúrgico: eram livros lidos pelo povo nas grandes festas. O Cântico dos Cânticos era lido durante a festa da Páscoa; o livro de Rute era lido durante a festa de Pentecostes; Qohelet (o Eclesiastes) era lido na festa das Tendias; o de Ester era o livro da festa dos Purim (como ano novo e carnaval juntos); e as Lamentações eram lidas no dia da memória da destruição de Jerusalém. Nas festas, o povo faz memória da libertação. Nestes livros se contestam todas as afirmações do templo. Em todos eles (menos no último) a mulher é quem guarda e conserva a memória do Deus do Êxodo, de Javé.

Ilustração: Cerezo Barredo



## O Cântico dos Cânticos

É a recuperação dos valores básicos da vida, do amor, do sexo, do corpo, do encontro da mulher e do homem. Poderíamos dizer que é o jardim, o paraíso reconstruído, onde não há nada para fazer se não estar junto a umas poucas ovelhazinhas e amar, amar sempre, com todo o corpo, que canta, grita, sente, participa deste hino à vida eterna, assim como o povo o quer. Amar sem ter outro motivo do que o gozar da paixão e do gosto de amar-se.

Esta é a Páscoa: a celebração de uma libertação que nos leva à terra prometida. Há utopia mais completa que esta? Quem de nós não gostaria de estar no lugar destes amantes? Mas isso é possível se sabemos vencer a tentação “de Salomão”, do palácio triunfante, luxuoso, armado, para ficarmos nos campos com nosso pastor. Devemos saber rebelar-nos com força contra a violência dos irmãos (sinagoga? Templo?), que consideram que nosso corpo não está preparado para o amor, coisa que “eles” devem defender. Devemos gritar com a amada: “Eu sou uma muralha, e meus seios são como torres. Eu serei para ele, mensageira de paz”.

“Fora de Jerusalém”. Os dois amantes não conseguem nunca completar seu amor dentro da cidade. Ou as portas da casa estão fechadas, ou tem gente demais na casa, ou a polícia despista e até prende a amada... Mas nos campos, nos jardins, os dois corpos podem vibrar, gozar sem obstáculos, sem censura, sem limites, e deitar-se exaustos nos braços protetores do outro, experimentando a mais profunda sensação de paz que ninguém deve interromper. Assim teria sido possível naquele jardim antigo que perdemos, que é nossa meta final e que celebramos em todas as Páscoas. Jerusalém como cidade da paz, Salomão como o pacificador, e a Sulamita como mensageira da paz representam três projetos para alcançar a paz. Só um é correto. Qual? A celebração pascal responde: “o da mulher!”

## Rute

Rute quer dizer a saciada, a que não tem fome. O livro narra a história de duas mulheres que lutam sem parar para conquistar seus direitos básicos. Justamente na celebração de Pentecostes, que era para o templo a celebração do dom da Lei de Deus a Moisés, a festa do Pentateuco; com sabedoria e não sem um pouco de ironia a história de Rute, volta ao antigo sentido desta festa tribal: a festa da colheita do trigo. E nesta história, Rute consegue para sua companheira Noemi o direito ao pão, a terra, e ao filho. E quem vai ajudar Rute vai ser Booz (nome de uma das colunas que sustentavam o Santo dos Santos do templo de Jerusalém, quase como a dizer que a tarefa do templo é proclamar a compaixão da mulher que é a solidariedade com os pobres e lutar pelos direitos dos pobres, e não obras isoladas e rituais). O Templo se converte à compaixão da mulher e garante o direito e a justiça conforme os modelos tribais.

\*Agente da CPT Amapá.

## EXPERIÊNCIA

# O que veremos no IV Congresso Nacional da CPT

*Os regionais e equipes da CPT em todo o país irão compartilhar, durante o IV Congresso Nacional da CPT, em Rondônia, experiências locais divididas pelos eixos norteadores do nosso Congresso: MEMÓRIA, REBELDIA e ESPERANÇA. Vamos aqui no Pastoral da Terra compartilhar algumas delas.*

## CRISTIANE PASSOS\*

### AMAPÁ

“Queremos fazer a **memória** de uma luta de mais de 25 anos por terra, águas e direitos das comunidades ribeirinhas do município de Afuá. Vamos falar de como surgiu, se fortaleceu e continuamos a alimentar a força da nossa organização sindical e dos movimentos que surgiram deste processo, das mulheres, dos jovens e dos produtores. Já as comunidades quilombolas da região do Macacoari teimam em resistir diante do avanço do agronegócio da soja nesta região, mantendo viva a chama da **rebelia**. Vamos mostrar como essas pequenas comunidades ainda insistem em querer preservar intacta a natureza, os rios, os igarapés e, sobretudo, uma maneira de vida simples, mas digna. As comunidades da região do Vale do Ariramba e do Tartarugal Grande, município de Tartarugalzinho, há mais de dois anos lutam e esperam pela criação de dois assentamentos, que lhe garantiria a sobrevivência contra a invasão do agronegócio da soja, comandado por pessoas desconhecidas do sul do País. É uma luta diária e persistem baseada na **esperança** de ter seus territórios livres”.

### BAHIA

Das lutas e resistência dos povos fundos e fechos de pasto, das comunidades geraizeiras do Oeste, a Bahia trará a **Rebelia**. Presente, também, no boicote à realização de audiências públicas para o licenciamento de grandes empreendimentos, como de Pequenas Centrais Elétricas (PCH's). O estado fará, ainda, a **memória** das romarias. Da terra, do cerrado, das comunidades e as grandes missões, expressões da fé do povo, bem como



espaço para denúncias e anúncio de lutas em defesa da vida. Irão lembrar, também, o genocídio oriundo das grandes secas do Nordeste, nos anos 1960 e 1970. Já a **Esperança** estará presente nas lutas das comunidades tradicionais pelos seus territórios, e na formação de novos agentes, liberados e voluntários.

### CEARÁ

O Ceará fará a **memória** das escolas camponesas, um processo sistemático de formação de jovens camponeses e camponesas nas áreas de educação contextualizada, introdução à agroecologia, horticultura, manejo de pragas e doenças, entre outros. Dividida em três módulos, é desenvolvida por quatro equipes diocesanas dentre as oito que compõem a CPT Ceará. Na **rebelia** será lembrada a luta contra um projeto de mineração de Urânio e Fosfato, que irá atingir famílias de três comunidades. As experiências com os quintais produtivos, que tem se estendido também para as famílias migrantes que saíram do campo para a cidade, será o anúncio de **esperança** que o Ceará irá apresentar no Congresso.

### MATO GROSSO

O acampamento União Recanto Cinco Estrelas, dentro da Gleba Inhandu, município de Novo Mundo, extremo norte de Mato Grosso será o exemplo de **rebelia** apresentado pelo regional. Área de muito conflito, é terra da União e foi grilada por supostos fazendeiros, que se dizem donos das terras. Já para a **memória**, o estado trará o relato dos posseiros da Gleba Floresta, em Rondonópolis, e as ameaças de despejo e violência sofridas por eles. A **esperança** será retratada na experiência das mulheres da baixada cuiabana na realização de uma feira agroecológica.

### GOIÁS

O regional Goiás fará a **memória** de Sebastião Rosa da Paz, agente de pastoral das CEB's e presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Uruaçu (GO), assassinado em 28 de agosto de 1984, na sua casa, na presença de sua esposa e de uma das filhas. No momento do crime a cidade estava, propositalmente, segundo denúncias, sem energia, para facilitar a fuga dos assassinos. A **rebelia** dos que lutam por um pedaço de chão será relatada através da história de 19 famílias de posseiros da comunidade Vala do Rio do Peixe, em Santa Cruz de Goiás, que vivem na área,



pleiteada pela deputada federal Magda Mofatto (PR-GO), há mais de quinze anos. Para a **esperança** a equipe de Goiás trará da cultura camponesa a experiência da treição, mutirão surpresa e solidário em que a comunidade ajuda os vizinhos ou companheiros de luta, em alguma atividade em casa ou na roça, que estes estejam precisando.

### MATO GROSSO DO SUL

A experiência do Mato Grosso do Sul fara a **memória** da 1ª Feira do Cerrado, realizada em novembro passado no Distrito de Casa Verde, em Nova Andradina. A **resistência** do bioma e a **esperança** da preservação deste será mostrada através do projeto “Amiguinhos do Cerrado”, da Escola Municipal Luiz Cláudio Josué, que trabalha com crianças do pré ao 3º ano, as características do cerrado, desde a conservação, a fauna, a flora, o relevo, e, também, suas plantas medicinais.

### PARANÁ

Os quatro regionais da Grande Região Sul irão, a partir da celebração do centenário da Guerra do Condestado, resgatar a **memória** da luta que marca toda resistência dos caboclos, dos camponeses e das camponesas, animados e animadas pela espiritualidade ecológica do beato João Maria. A preservação das sementes crioulas, as feiras de trocas de sementes e a própria Jornada de Agroecologia, realizada há 15 anos, são os sinais de resistência e **rebelia** que marcam o enfrentamento dos camponeses do Paraná aos transgênicos. A **esperança** está presente na educação no campo, através de uma pedagogia voltada para a afirmação da identidade camponesa e de suas lutas no campo.

\*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

## CULTURA

Foto: João Ripper

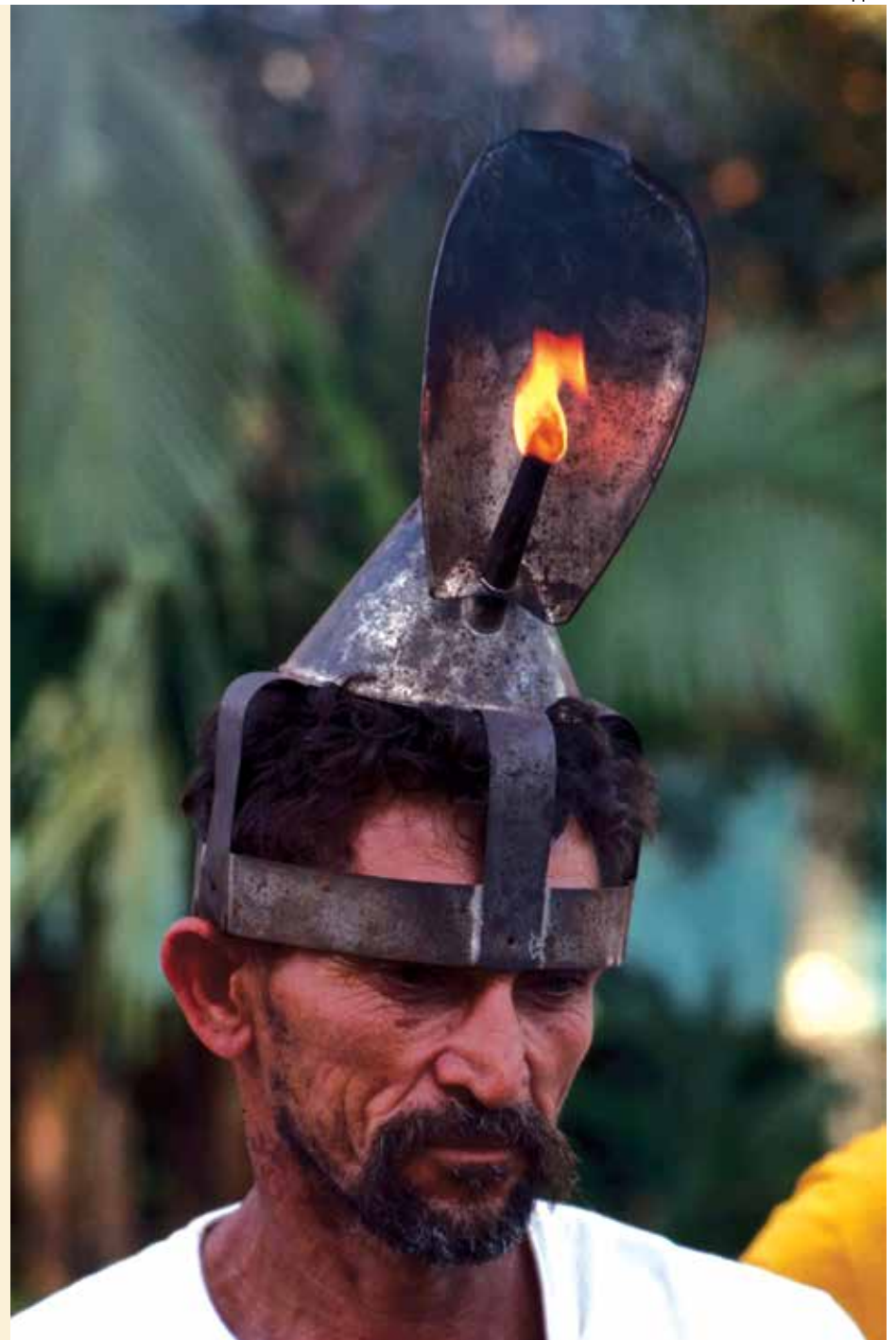
# MÚSICA PARA O IV CONGRESSO DA CPT

COMPOSIÇÃO ZÉ PINTO\*

*Refrão: 40 anos, canta eu canta você (bis) canta todos nós num coro  
de voz pela CPT (bis)*

- 1 - *É a Comissão Pastoral da Terra, outra primavera na ale-  
gria de festejar  
/, mas na caminhada jamais se esquece o Deus da Vida.  
Ele é nosso guia, é quem nos convida a se organizar./  
Refrão*
- 2 - *É a Comissão Pastoral da Terra, num canto novo que vem  
do povo que quer sonhar.  
/Em plantar semente pra ser mais gente um taco no chão,  
fazer movimento e romper as garras da escravidão./  
Refrão*
- 3 - *É a Comissão Pastoral da Terra, faz do compromisso sua  
missão de denunciar,  
/resgatar a vida pra ver brotar flor de liberdade, é reforma  
agrária, agroecologia é felicidade./  
Refrão*

\*Da coordenação da CPT Rondônia.



### Assine ou renove sua assinatura

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Exemplares: \_\_\_\_\_

#### Assinatura anual:

- |                          |                       |      |       |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil .....          | R\$  | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior ..... | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: [canuto@cptnacional.org.br](mailto:canuto@cptnacional.org.br)

## COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.  
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

**CORREIOS**  
Mala Direta  
Postal Básica

9912277124-DR/GO  
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA